

1ª PARCELA. Em crise, municípios alagoanos receberam R\$ 70,7 milhões no último dia 10

Prefeituras começam ano com FPM maior

Valor repassado para municípios é R\$ 6,1 mi a mais que em 2016

CARLA SERQUEIRA
REPÓRTER

Um estudo técnico elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) indica acréscimo de 14,34% na primeira parcela de 2017 do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Mesmo considerando os efeitos da inflação, o primeiro repasse registra aumento de 9,27% comparado com janeiro de 2016. Mas, apesar da variação positiva, o momento é de retenção de gastos e prudência com as finanças municipais, conforme explicou o economista Cícero Péracles, em entrevista ao Bom Dia Alagoas, da TV Gazeta, na última terça-feira.

De acordo com a CNM, os municípios brasileiros receberam, no dia 10 de janeiro, R\$ 2.961.363.632,33. Esse é o valor bruto. Descontados os recursos do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica (Fundeb), o repasse somou R\$ 2.369.090.905,86. Em 2016, a primeira parcela do FPM depositada na

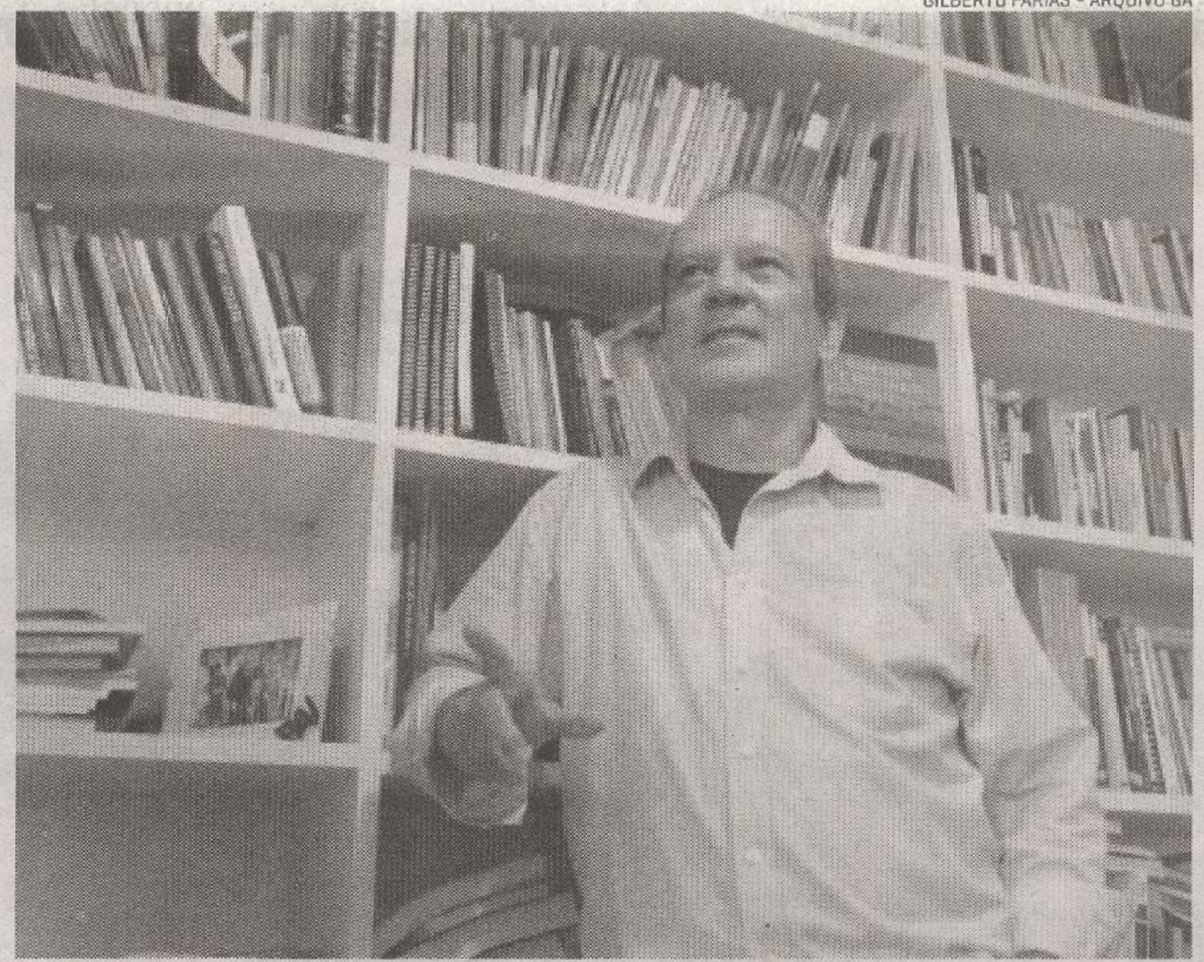
conta das prefeituras contou com o bruto de R\$ 2.710.224.308,30, incluindo o montante do Fundeb. Em Alagoas, a primeira fatia do FPM de 2017 também veio maior do que no ano passado. Os municípios alagoanos receberam R\$ 70.734.060,75 no último dia 10, sendo R\$ 14,1 milhões do Fundeb, R\$ 10,6 milhões da Saúde e R\$ 707 mil do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). No mesmo período de 2016, o repasse foi de R\$ 64.534.083,06. Ou seja, R\$ 6,1 milhões a menos.

Apesar do aumento da primeira parcela do FPM, cuja arrecadação se dá, principalmente, através do recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Renda, o momento é de cautela para os prefeitos, que iniciaram mandato no dia 1º de janeiro, conforme salienta a CNM. “A Confede-

ração Nacional de Municípios (CNM) ressalva aos gestores municipais para que mantenham atenção a seus planejamentos financeiros. É de suma importância neste momento de crise, que o gestor tenha plena controle das finanças da prefeitura, uma vez que o País se encontra em desaceleração econômica”, mencionou a entidade, na apresentação dos números de 2017, em sua página oficial na internet.

“A principal fonte de renda dos municípios, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), oscila ao longo do ano e pode haver mudanças, como a queda na venda de automóveis reduz a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), assim como o aumento da taxa de desemprego provoca uma queda na arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR)”, explicou a CNM. “Essa situação financeira impacta direta e negativamente na decisão de consumo dos agentes. Isto reduz a arrecadação tributária e consequentemente, às transferências constitucionais como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)”, completou a instituição.

Em entrevista ao Bom Dia Alagoas, na última terça-feira, o economista Cí-



Para o economista Cícero Péracles, o FPM não só não aumentou como caiu: foram -10% dos repasses federais numa inflação de 6,5%

cero Péracles alertou sobre o quadro menos favorável para os novos prefeitos este ano, comparando com o primeiro ano de mandato dos prefeitos que concluíram o exercício em dezembro de 2016. Segundo ele, de cada dez municípios do Brasil, oito fecharam as contas no vermelho. “A explicação é uma combinação da elevação das dívidas, queda na receita, evidentemente por causa da crise econômica, aliada à forte dependência dos recursos federais”, explicou ele, dizendo que o quadro nacional de recessão nos anos 2015 e 2016 impactou o começo de mandato.

“De 2004 a 2014, nós tivemos receitas crescentes dos municípios e transferências ainda mais crescentes, muito acima da inflação”, compara o economista, acrescentando que em 2015 o FPM cresceu 3%, mas a inflação chegou a 10,6%. “Houve uma diferença real, que os prefeitos reclamam com razão, de sete pontos negativos”, salientou Cícero Péracles, afirmando que em 2016 a situação foi ainda pior. “[O FPM] não só não aumentou como caiu. Foram -10% dos repasses federais e a inflação? 6,5%”,

explicou.

Devido à crise na Petrobras, que desencadeou a Operação Lava Jato, os repasses de royalties também reduziram a capacidade de investimento das prefeituras com direito a esta verba. De acordo com o economista, em 2014 os municípios de Alagoas recebem R\$ 81 milhões de royalties do petróleo enquanto que o Estado, R\$ 36 milhões. Mas em 2016, as prefeituras ficaram com R\$ 70 milhões e o Estado, com R\$ 22 milhões. Ainda segundo Cícero Péracles, Coruripe é um dos municípios que mais recebe royalties do petróleo. Em 2014, a prefeitura recebeu R\$ 27 milhões. Já em 2016, o repasse foi de apenas R\$ 6,5 milhões.

A dica que o economista lança para os prefeitos recém-empossados é cortar gastos, negociar as dívidas e fazer acordos com fornecedores. “Os prefeitos vão ter que ter agilidade especial”, considera, acrescentando que as parcerias também devem ser buscadas. Cícero Péracles salienta que o governo de Alagoas tem potencial para ser parceiro dos municípios diante da crise econômica que deve se arrastar

por 2017. “A máquina pública estadual está bem financeiramente”, atestou.

Em reação à informação dada pelo economista no Bom Dia Alagoas, o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde, presidido por Normanda Santiago, por meio da sua assessoria de imprensa, aproveitou para cobrar os repasses do Estado de verbas vinculadas a programas da saúde. Segundo a entidade, até agosto do ano passado, o governo devia aos municípios cerca de R\$ 15 milhões.

“Como entidade federativa maior, o Estado deve ajudar aos municípios, uma vez que se encontra em situação financeira favorável. A Diretoria do Cosems espera que a Sesau garanta os repasses de recursos financeiros para os municípios sem os atrasos ocorridos no ano passado, que refletiram na dificuldade dos gestores fecharem as suas contas no ano de encerramento da Gestão Municipal. Espera também que reveja a posição de extinção da contrapartida Estadual para o financiamento da Atenção Básica dos municípios, conquistada desde 2007”, ressaltou Normanda Santiago. ☪

Cautela

Apesar do valor maior, os prefeitos não devem ter folga de recursos para investir, pelo menos a curto prazo, já que os municípios fecharam o ano com as contas no vermelho